



A ECONOMIA POLÍTICA DO BRASIL E AS CONTRIBUIÇÕES DA CEPAL: TEORIA E HISTÓRIA

Gabriel Sandino de Castro
David Fernando Ramos
André Augusto Locatelli
Raphael Cezar Carvalho Martins
Neise Maria Verçosa

RESUMO

O presente trabalho busca examinar a contribuição dos estudos da Cepal para a história econômica do Brasil. Na primeira parte, apresentamos os aspectos iniciais do pensamento desenvolvimentista enquanto política de governo no Brasil a partir de Getúlio Vargas. Posteriormente, sintetizamos em linhas gerais algumas análises cepalinas que auxiliaram na construção da economia política brasileira. Argumentamos que os trabalhos econômicos da Cepal solidificaram os estudos heterodoxos em economia brasileira que, por seu turno, devolveram importantes contribuições a Cepal. Neste sentido, observamos que a heterodoxia brasileira foi desenvolvida tendo como uma das bases o pensamento econômico heterodoxo latino-americano.

Palavras-chave: *Cepal. História econômica do Brasil. Nacional-desenvolvimentismo. Economia política latino-americana.*

ABSTRACT

The present work seeks to examine the contribution of ECLAC studies to the economic history of Brazil. In the first part, we present the initial aspects of developmental thinking as a policy of government in Brazil from Getúlio Vargas. Later, we synthesized in general lines some ECLAC analyzes that helped in the construction of the Brazilian political economy. We argue that the economic work of Cepal solidified heterodox studies in Brazilian economy, which, in turn, returned important contributions to ECLAC. In this sense, we observe that the Brazilian heterodoxy was developed with one of the bases Latin American heterodox economic thinking.

Keywords: *ECLAC. Economic history of Brazil. National-developmentalism. Latin American political economy.*

1. O desenvolvimentismo populista e a aliança de classes

No início do século XX, as teorias econômicas passaram a discutir também a realidade latino-americana. Neste período, produziram-se os primeiros ensaios que elaboravam,

especificamente, a respeito do desenvolvimento econômico da América Latina. Grosso modo, a vertente liberal – hegemônica na economia política – afirmava que o desenvolvimento econômico latino-americano ocorreria a partir da especialização da produção dos bens primários. Devido a enorme capacidade do continente na produção de matérias primas, esses economistas defendiam que a riqueza destes países passaria pela geração de produtos primários. Como o capitalismo é entendido aqui fundamentalmente como uma relação de trocas, os países latino-americanos utilizariam a sua terra e mão de obra para a formação bruta de capitais baseado na agricultura, pecuária e mineração. A importação de manufaturados dos países centrais, por sua vez, satisfaria o consumo dos demais e, através do livre mercado, os Estados periféricos acessariam os mesmos produtos do centro do sistema¹.

Essa vertente liberal invocava a teoria das vantagens comparativas do comércio internacional no qual afirma que cada país deve se especializar em produzir aquilo que, naturalmente, é mais viável e, através do comércio global, proveria as demandas do outro ao passo que atenderia as suas (SAMUELSON, 1948). Neste sentido, a divisão internacional do trabalho teria dois grandes grupos. De um lado os países centrais, definidos como Estados produtores de bens industriais e, por outro, aqueles que se encontram na periferia do sistema, identificados como produtores de bens primários. Com a eclosão da crise de 1929, esta concepção entra em descrédito ao passo que outros pensadores ganham visibilidade. Na Europa, a crítica à doutrina liberal ou a chamada vertente neoclássica, se encontrou nos escritos de Kalecki (1935; 1946) e ganhou visibilidade internacional com Keynes (1996)² no clássico Teoria Geral publicado em 1936. Neste sentido, o pensamento keynesiano – que gestaria outras correntes de pensamento – foi crítico da vertente neoclássica, porém sem reproduzir a ideia da superação do capitalismo, um dos pilares do pensamento marxista.

Nesta época, o debate acerca da economia política no Brasil se encontrava, basicamente, em dois personagens. De um lado, Roberto Simonsen – líder da FIESP – defensor do intervencionismo estatal para a proteção das indústrias nacionais. De outro, Eugênio Gudin – professor e representante de empresas estrangeiras no país – na figura de defensor do liberalismo econômico. Na verdade, este debate estava longe de ser uma disputa de projetos nacionais de desenvolvimento, mas de uma disputa de poder entre classes dominantes. Simonsen representava a crescente burguesia industrial, que necessitava da proteção do Estado para as condições de concorrência no mercado internacional. Já Gudin, defendia os interesses da oligarquia rural, preocupada em exportar e importar produtos de alto valor agregado (MANTEGA, 1984)

No que tange à proposta de Simonsen, podemos considerá-la uma tentativa inicial da elaboração de um projeto desenvolvimentista no Brasil. O empresário brasileiro propunha algo semelhante às transformações industriais na Itália, o que se traduz na constituição de uma burguesia industrial sem, necessariamente, modificar as estruturas das velhas agrárias. Em suma, nota-se que Simonsen defendia um pacto social entre o crescente proletariado e os industriais. Com efeito, o Estado tornava-se peça chave em garantir esse acordo mediante aos incentivos dados às indústrias nacionais. Já aos trabalhadores urbanos, era essencial a qualificação necessária para integrá-los no mercado de trabalho e consumo. Uma forte relação entre o empresariado e proletários tornava-se condição sine-qua para a revolução capitalista e para uma integração competitiva do Brasil no mercado mundial (SIMONSEN; GUDIN, 2010)³. Daí surge os primeiros cursos profissionalizantes no país, SENAI, SESI dentre outros.

Em contraponto às ideias de Gudin, fica evidente no pensamento de Simonsen a importância do Estado no planejamento econômico e do seu papel na sustentação do desenvolvimento do país. Assim, o empresário brasileiro não advogava da concepção das forças espontâneas do mercado como indutoras do desenvolvimento no Brasil. As ideias de Simonsen ganharam adeptos de vários setores da classe média que, conseqüentemente, foram

¹ O liberalismo não utiliza denominações como centro e periferia apesar de reconhecerem diferenças entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. No entanto, empregamos esses termos a fim de ilustrar melhor o pensamento liberal.

refletidas nas políticas do governo. Neste sentido, com a crise de 1929, o projeto desenvolvimentista de Simonsen ganha mais força e contribui para a direção teórica do Estado Novo. O primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) rompe com o modelo agroexportador, conferindo ao Estado um caráter nacional-desenvolvimentista – baseado no forte papel do Estado para o desenvolvimento – através da construção de um parque industrial brasileiro, investimentos em infra-estrutura, reformas urbanas e a institucionalização de políticas de proteção social, fundamentalmente, na relação do trabalho². Entretanto, é oportuno salientar a repulsa de Vargas às ideias socialistas, ao combate de grupos oriundos do marxismo e do Partido Comunista do Brasil (NETO, 2013).³

No âmbito internacional, o Brasil passa a desempenhar um papel mais ativo, tendo o interesse nacional como grande objetivo. A política externa brasileira no período Vargas se traduziu por uma política de barganha, ou seja, as relações internacionais como ferramenta para o projeto nacional de desenvolvimento. Em outras palavras, a política externa em Vargas foi forjada para garantir investimentos estrangeiros no Brasil, estimular cooperação internacional, e estabelecer negociações com os principais atores globais sem tomar partido. Na prática- visto o contexto da segunda guerra mundial - o Brasil manteve relações tanto com a Alemanha quanto com os EUA. Por exemplo, na medida em que o primeiro não traria alguma proposta relevante de acordo com a visão do governo brasileiro, este, por sua vez, negociava com o segundo e vice-versa. Posteriormente, o Brasil decidiu apoiar o “aliados” contra as potências do “eixo”, o que conferiu ao Brasil conquistas significativas.

Na verdade, Getúlio Vargas foi capaz de assentar a literatura acerca do nacional-desenvolvimentismo – dentro dos seus limites - como políticas de governo. No entanto, isto só foi possível graças à aliança de classes construído pelo estadista gaúcho, estabelecendo uma coesão social entre trabalhadores e parte da burguesia rural, industrial e urbana. Destarte, dentre as formas de caminhos acerca do nacional-desenvolvimentismo, definimos o modelo de Estado do governo Vargas como desenvolvimentista- populista (BRESSER, 1977). Conforme nos lembra Francisco Weffort (1989), o populismo – sendo um fenômeno complexo – tem como duas grandes características: a capacidade de manter uma unidade social, englobando os diversos setores da sociedade em um caminho em comum. Na segunda, o autor destaca a aproximação e a comunicação com as massas, tanto no âmbito do discurso quanto na instituição de medidas que geram algum bem estar na população.

Com efeito, o Estado desenvolvimentista populista herdou alguns arranjos forjados pelo modelo agro-exportador. De certa forma, nos anos 1920, o Brasil avançou no setor de energia e transportes, além de ter formado alguma reserva de capital e um sistema financeiro primário. A crise de 1929, promoveu o aumento dos preços dos produtos manufaturados o que, por sua vez, possibilitou a formação da indústria pela expectativa das altas taxas de lucro. Esses fatores influenciaram a industrialização brasileira, através do processo de substituição de importações. Este, na verdade, tende a reduzir a demanda por importações. Na primeira fase desse modelo, a indústria no Brasil é aquela referente ao setor tradicional. Ou seja, o foco aqui é basicamente a produção de bens de consumo simples. No segundo período – na década de 1950 – a substituição de importações incorporou a participação das empresas multinacionais e a produção dos bens de consumos duráveis, e a formação da indústria automobilística, petroquímica, dentre outras de alto valor tecnológico.

Voltando ao Estado populista, Bresser o define como um tipo de Estado “bonapartista periférico”. Este, por sua vez, é definido como a incapacidade da classe dominante assumir um papel político em sua plenitude. Isto acontece por que, neste contexto, não existe uma elite homogênea⁴. O crescimento da burguesia urbana, industrial e da burocracia pública,

² É oportuno salientar que se por um lado às conquistas dos trabalhadores urbanos – portanto excluindo os camponeses – foram primitivas se partimos da enorme desigualdade social, por outro elas foram significativas na constituição de novos estamentos sociais e melhoria nas condições de vida da população.

³ Originalmente, a sigla do PCB era alusão ao Partido Comunista do Brasil. Posteriormente, parte dos membros deixam o PCB e fundam, em 1962, o PC do B. Este, por sua vez, adotou a denominação do antigo Partidão – Partido Comunista do Brasil – porém modificando a sigla. O PCB, por seu turno, manteve a sigla e passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro.

condicionou novos interesses, que nem sempre se referiram aos anseios da elite rural brasileira (BRESSER, 1977). Se - do ponto de vista econômico - a conjuntura internacional influenciou a guinada do Brasil para outro modelo, no âmbito sócio-político, houve naquele período um desencontro de interesses das burguesias brasileiras. No entanto, as condições que permitiram o amplo pacto social no Brasil se arrefeceram. Conforme pontuamos algumas análises de Furtado no capítulo anterior, compreendemos que as características da classe dominante brasileira, sobretudo, na constante caminhada pela manutenção de privilégios e no desconforto pela inclusão e participação popular.

No senso comum, costuma-se associar o conceito de populismo às formas de assistencialismo aos mais pobres. Na verdade, o discurso pejorativo acerca do populismo é sempre colocado como uma forma de governo que visa agradar a população com benesses e administrando a pobreza, de forma que as grandes massas tornam-se uma espécie de refém das políticas públicas. Ernesto Lacau (2005) advoga que o negativismo a respeito do populismo decorre de um discurso sistemático de setores mais conservadores e liberais através da constante argumentação de que governos populistas são meros administrativos da pobreza. Em outras palavras, afirmam que populismo é um conjunto de políticas clientelistas que estabelecem a sensação - esta falsa - de desenvolvimento. Com efeito, Lacau salienta que estes governos, na verdade, foram aqueles que mais chegaram próximo de algo que possibilitou a partilha dos recursos do poder estatal. Neste sentido, o filósofo argentino afirma é característica das elites latino-americanas enquadrar qualquer governo que não atenda, holisticamente, seus interesses, ou que dedica-se - em algum grau - avançar na justiça social.

No Brasil, essa característica das classes dominantes culminou na instabilidade do pacto social forjado por Vargas (BOITO JR, 1982)⁵. Ou seja, as conquistas dos trabalhadores no governo Vargas já não eram mais digeridas pelas burguesias urbana, industriais e financeiras. Conforme transcorria o mandato presidencial, aumentavam as divergências políticas entre as classes que, em tese, sustentariam seu governo, isto é, os trabalhadores industriais e a burguesia nacional. Os trabalhadores, sua mais firme base de sustentação, aumentaram suas reivindicações, buscando participar dos ganhos de produtividade decorrentes do avanço da industrialização. Os empresários, mesmo os beneficiados direta e indiretamente por Vargas, mostrariam seu descontentamento com a Instrução 70, em função do aumento dos custos das importações que a desvalorização cambial provocava [...]. O desfecho da crise política foi o suicídio de Vargas e a morte de um projeto nacional que não chegou a ser implementado. Nas palavras de José Luís Fiori, houve com Vargas um prussianismo desfigurado, em que o Estado nacional não conseguia se articular com a burguesia industrial em prol da construção de uma sociedade industrial avançada. Esse tipo de articulação permitira que um Estado nacional

4 Bresser se refere ao conceito de “bonapartismo” de Marx. De acordo com o pensador alemão, quando o Estado republicano - que teoricamente representa os interesses sociais - não permanece como um espaço de participação e representação da sociedade, ele se torna bonapartista. Para esta definição, Marx analisa o caso da emergência de Luis Bonaparte como imperador da França. Em suma, o autor advoga que, nestas circunstâncias, o Estado adquire mais autonomia frente às disputas de classe. Na verdade, observa-se o crescimento da importância da burocracia pública e do maior controle dos conflitos sociais. No entanto, é oportuno salientar que o Estado bonapartista ainda é capitaneado pela burguesia. A diferença é que, neste caso, ele consegue expressar uma vontade coletiva. Para Marx, o bonapartismo é fruto das próprias contradições do capitalismo que - em uma situação de instabilidade política/econômica e terreno fértil radicalização das lutas sociais - as classes dominantes cediam o controle do Estado para um poder alternativo não-revolucionário. Este, por sua vez, garantia algum conforto a classe trabalhadora sem interferir na posição dominante da burguesia. Através de uma analogia, podemos enxergar a burguesia como a proprietária de uma fazenda e este poder alternativo - encabeçado por um tirano, no caso de Luis Bonaparte - seria o caseiro. Por mais que este último venha a administrar a fazenda enquanto a proprietária esteja ausente, a fazenda continuará sendo da primeira. Em outro contexto, Engels (A origem do Estado, da família) sintetiza o bonapartismo através de uma certa independência do Estado frente à luta de classes, justamente por se encontrarem em equilíbrio em algum momento.

⁵ BOITO JR., Armando. O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.

⁶ LACERDA, Antônio Corrêa de. et al. Economia brasileira. São Paulo: Saraiva, 2002

tardamente unificado, como o alemão, queimasse etapas rapidamente na construção de um capitalismo industrial avançado. (LACERDA, et.al., 2002, p.83)⁶

Comprometendo ainda mais a saúde da aliança de classes, tornou-se visível o descontentamento da elite rural, por não obter as mesmas recompensas que aquelas dos centros urbanos. O suicídio de Vargas – em 1954 - foi o resultado da forte articulação para derrotar o líder gaúcho, sob as justificativas que vão desde ao mandato de assassinato de membro da oposição às acusações de corrupção. No entanto, a comoção geral decorrente do episódio, influenciou a continuação por mais dez anos desse tipo de modelo nacional desenvolvimentista⁵. Daí vem Juscelino Kubitschek com o “Plano de Metas” e o avanço na urbanização, das indústrias automobilísticas e das construções navais e aeronáuticas. Este, por sua vez, deve-se em grande parte aos estudos da CEPAL. As contradições do Processo de Substituição de Importações (PSI) - que já apresentava dificuldades na sustentação de uma economia articulada tanto pela produção de bens de consumo quando bens de capital – tornam-se mais evidentes pelos problemas no avanço tecnológico e das críticas do FMI e Banco Mundial à condução econômica do governo brasileiro. O Plano Trienal - sugerido por Furtado em 1963 – não conseguiu reverter a insatisfação que rondava o então presidente João Goulart. Nas palavras de Guido Mantega (1997, p.9)

O Plano Trienal de Celso Furtado foi a última tentativa, também frustrada, de resolver a alta de preços e outros problemas que emergiram na esteira do Plano de Metas. A crise do populismo e os conflitos sociais dele decorrentes conduziram a um impasse, que foi resolvido pelos militares e pelas forças conservadoras em abril de 1964. A aliança de classes que depôs o Presidente João Goulart definiu uma nova estratégia de política econômica que, em maior ou menor medida, seria seguida ao longo de 20 anos.

Finalmente, uma grande articulação – com participação dos EUA, das burguesias internas, das classes médias – culmina a queda de João Goulart e instaura a ditadura militar através de um golpe de Estado em 1964. Nesta nova fase da história brasileira, o país segue com o modelo nacional- desenvolvimentista, porém, sem o avanço das conquistas da classe trabalhadora. Neste sentido, enquadraremos esse modelo como “desenvolvimentismo autoritário”.

2. A contribuição da CEPAL para o desenvolvimento nacional

As ideias cepalinas foram essenciais na formação do modelo nacional desenvolvimentista. Neste sentido, invocamos esses estudos no intuito de apreender a estrutura por traz da história política e econômica do Brasil. Após a institucionalização da ONU em 1945, essa organização funda em 1948 a Comissão Econômica da América Latina (CEPAL), cujo objetivo solucionar os problemas acerca do caminho para o desenvolvimento na América Latina. Destarte, um grupo de economistas latino-americanos reuniram-se em Santiago, capital do Chile e sede da CEPAL, com a tarefa de elaborar esses estudos. Sob a supervisão do intelectual argentino Raul Prebisch (1949), a Comissão logo compreendeu os

⁷ A política externa de JK seguiu rumo similar a aquela forjada no período Vargas. Visto o papel dos EUA na reconstrução da Europa, o Brasil buscou trazer investimentos semelhantes. Após a revolução cubana em 1959, o governo estadunidense mostrou-se mais solícito em apoiar o desenvolvimento econômico na América Latina devido a preocupação que o continente pudesse se tornar palco de novos movimentos revolucionários. Neste sentido, em 1961, o então presidente John Kennedy divulga a Carta de Punta del Este que, por seu turno, tinha como objetivo estabelecer políticas de cooperação internacional com os Estados latino-americanos. Com efeito, a proposta do documento solidifica-se na chamada Aliança para o Progresso, um programa de auxílio financeiro dos norte-americanos para a América Latina. Posteriormente, no governo João Goulart, o então presidente pressionou os EUA para ampliar o repasse financeiro destinado ao Brasil sob o argumento da iminência de uma possível guerra civil no país. Além disso, o presidente reforçou o seu discurso alegando que a situação brasileira tornara-se terreno fértil para o avanço das forças comunistas (. O governo estadunidense, por sua vez, não correspondeu às reivindicações de Goulart que, naquela altura, era visto com desconfiança pelos EUA pelo apreço do presidente brasileiro a ideias mais à esquerda. Destarte, a estratégia dos EUA atrelada aos interesses do campo conservador do Brasil culminou no golpe militar de 1964 (TAFET, 2007).

equivocos da vertente liberal. Com efeito, o que se verificou foi um aprofundamento da dependência da América Latina aos países centrais. Se Roberto Simonsen olhava para o Brasil no tocante ao desenvolvimentismo, a CEPAL elaborou suas ideias a partir da realidade - em comum - dos Estados latino-americanos ao passo que avançou, conceitualmente, nas ideias desenvolvimentistas. Dessa forma, os cepalinos estabeleceram uma escola de pensamento denominada de estruturalismo. Inicialmente, a CEPAL centrou seus estudos no anacronismo do comércio internacional que - ao invés da crença do desenvolvimento pelas livres forças do mercado - não gerava mudança qualitativa nenhuma na esfera social.

Na tentativa de explicar essas assimetrias do comércio internacional, Prebisch identifica um processo que o mesmo definiu como deterioração dos termos de troca. Conforme observamos que a leitura dominante defende a especialização em setores vantajosos de suas economias, o economista argentino advoga uma série de elementos que contrapõem esta concepção. Em suma, a então divisão internacional do trabalho não estabelece uma distribuição equitativa da tecnologia mais avançada formada nos países centrais. Destarte, Octavio Rodriguez (1981) identifica três abordagens no entendimento da deterioração dos termos de troca: a abordagem contábil, a dos ciclos e a da industrialização. É importante lembrar que tais enfoques fazem parte do mesmo processo.

Na abordagem contábil, observamos a diferença entre a renda média entre os países centrais e periféricos. Na leitura liberal, a capacidade de inovação atrelada ao aumento da produtividade de manufaturados reduziria os custos do produto e, conseqüentemente, cairia o preço do mesmo. Portanto, nessa visão, os países periféricos se beneficiariam tanto do acesso à produtos de alto valor agregado quanto à crescente queda do preço. Na prática, Prebisch constatou o oposto. Analisando o comércio internacional - em série histórica - no período de 1876 a 1947, o autor identificou uma queda significativa do poder de compra da periferia juntamente com a dificuldade de acesso à tecnologia estrangeira. O único acesso a esta última era através do consumo e não como transferência de conhecimento. A queda do preço dos produtos manufaturados também não aconteceu conforme a leitura liberal. Portanto, ao longo do tempo, a renda média dos países centrais cresceu e a dos periféricos, caiu (CEPAL, [1949] 2009).

No tocante à abordagem dos ciclos, Prebisch (1949), observa a existência de períodos favoráveis e desfavoráveis aos produtos primários, onde nos primeiros nota-se um ampliação da demanda nos países centrais. Nessa conjuntura, os Estados periféricos conseguem reduzir uma parte da assimetria com os do centro através do aumento de lucros. Nos períodos ou ciclos desfavoráveis - apontados pelo autor como decrescente - observa-se a diminuição da demanda, o excesso de oferta, queda dos salários. Na realidade da periferia do sistema, as adversidades econômicas são ainda mais perversas na esfera social. A frágil organização da classe trabalhadora não impede que os industriais mantenham o lucro comprimindo salários. Além disso, a grande oferta de mão de obra nos países periféricos contribui, também, para o aumento da exploração (BIANCHI; SALVINO, 1999). Do ponto de vista da anacronia entre o centro e a periferia, Prebisch (1949) conclui que - ao contrario da leitura liberal - a América Latina, sujeita as forças livres do mercado, não gerará desenvolvimento próprio. De um lado, o ganho de lucro da elite fica a mercê de um ciclo crescente ao passo que, no período decrescente, ela busca garantir o lucro através da redução de custos que se traduz pela diminuição dos salários dos trabalhadores.

No ciclo da industrialização - estudado exaustivamente por Furtado e abordado no capítulo anterior - os cepalinos advogavam a importância da consolidação do parque industrial como saída para os arranjos que paralisam a superação do subdesenvolvimento. Em resumo, a indústria traria tanto a solidez econômica - através do combate à debilidade de produtos manufaturados e diminuição da dependência às importações - quanto a absorção do excesso de mão de obra. Com efeito, a leitura acerca da estrutura do subdesenvolvimento necessitou de novas discussões (BOIANOVSKY; SOLIS, 2014)

A segunda fase dos estudos da CEPAL - que se estende no fim dos anos 1950 e na década de 1960 - apreendeu novos debates, destacando aqui os estudos em inflação - e heterogeneidade - estrutural e distribuição de renda. No que tange ao primeiro elemento, Oswaldo Sunkel

(1958) estabeleceu três frentes de análises: a) Pressões inflacionárias básicas b) inflacionárias circunstanciais e, por último, c) cumulativas.

Na primeira frente, o autor aponta a essa forma de inflação como característica dos países subdesenvolvidos, correspondendo – basicamente – a dificuldade em atender a demanda interna juntamente com a debilidade na oferta de produtos. Na verdade, estas situações são reflexos do baixo investimento interno e do destino da maioria dos produtos agrícolas para os países centrais. O mercado interno, por sua vez, é preenchido com produtos importados. Em outras palavras, Sunkel argumenta que os grandes – e poucos – produtores no Brasil destinam-se a atender, prioritariamente, a demanda internacional. Se por um lado, há certa competitividade dos produtos brasileiros na esfera econômica mundial, por outro, há a produção – debilitada produtividade e qualitativamente – voltada ao mercado nacional. Com efeito, por não se adequar às modificações da demanda interna, o preço dos produtos tende a elevar-se na medida em que existe um aumento pela procura. Além disso, as condições de investimento para o setor industrial eram significativamente maiores do que o mercado de consumo real. Destarte, os empresários tendiam a investir na primeira opção. Nesta época, a maioria da população ainda não estava inserida no mercado de consumo, o que contribuía ainda mais pela resistência em investir. Ou seja, era preciso, antes de tudo a formação de poupança e a instauração de um processo de acumulação de capital para garantir a sustentação de um desenvolvimento econômico (BOIANOVSKY, 2013) são os países latino-americanos. Como alternativa, estes empresários agiam na manutenção de preços, tendo em vista a forma como se comportava a demanda interna. No tocante a segunda frente de análise, Santos e Oliveira (2008, p.12) escrevem que:

As pressões inflacionárias circunstanciais decorrem de fatores exógenos ao sistema econômico interno. Assim, podem-se destacar os aumentos nos preços das importações e nos gastos do governo motivados por fatores variados, como guerras ou desastres naturais. Já as pressões inflacionárias cumulativas provêm a própria inflação. Ou seja, trata-se da realimentação da inflação, ou inflação inercial. Com isto, nota-se que as pressões inflacionárias estruturais devem ser consideradas como as principais causas da inflação nas economias subdesenvolvidas, enquanto as pressões inflacionárias circunstanciais e cumulativas são fontes complementares num processo de desequilíbrio nos níveis de preços.

No caso dos mecanismos de pressão inflacionárias, Sunkel os define como reações dos diferentes segmentos da economia em relação a inflação, ou seja, são medidas que estes setores estabelecem no intuito de impedir os efeitos inflacionários. Nas palavras do autor (1958, p. 317):

O mecanismo de propagação vem a ser a capacidade de os diferentes setores ou grupos econômicos e sociais reajustarem sua renda ou gasto real relativo: os assalariados, através dos reajustes nos soldos, salários e outros benefícios; os empresários, através do aumento dos preços; e o setor público através do aumento do gasto tributário nominal.

Portanto, os estudos de Sunkel apontam as formas de pressão inflacionárias e os mecanismos que a economia constrói para diminuir os efeitos da inflação. A contribuição do autor possibilita – e facilita – a elaboração de instrumentos de combate ao aumento irregular dos preços. Visto que Sunkel apreende a leitura estruturalista do problema da inflação, o autor rejeita a visão monetarista da mesma por explicar que o problema da América Latina acerca da inflação origina-se da própria estrutura do subdesenvolvimento. Esta, por seu turno, é analisada por Aníbal Pinto no tocante às disparidades regionais dos países latino-americanos, denominada pelo autor como “heterogeneidade estrutural”. Em suma, Pinto argumenta a sofisticação tecnológica, maior desenvolvimento econômico e urbano e a centralização das decisões políticas concentram-se em determinadas regiões em detrimento de outras. Isto significa que a discrepância entre o subdesenvolvimento com os países desenvolvidos não se encontra apenas no plano internacional ou em uma unidade nacional. Ou seja, um Estado periférico apresenta desenvolvimento desigual em suas regiões, dificultando ainda mais a possibilidade em se chegar a condição de desenvolvimento semelhante aqueles dos países centrais. Da mesma forma que é possível apreender as relações de exploração e dependência entre centro e periferia, é visto também essa interação entre as regiões de um mesmo Estado.

Nas condições atuais, é possível que os setores modernos tenham adquirido um grau considerável (embora sempre relativo e condicionado) de autonomia interna – não externa, convém notar –, isto é, elas tendem a crescer apoiadas em suas próprias forças, estabelecendo circuitos próprios de receita-despesa, poupança-investimento etc. Visto por outro prisma, isso significa que (excetuados os esforços “retificadores” de política pública) sua tendência “espontânea” aponta na direção de uma irradiação menor para a periferia interna e de uma concentração (ou apropriação) maior de seus ganhos de produtividade (Pinto, 1970, p. 581).

3. Considerações Finais

Esta breve análise dos primeiros 20 anos do pensamento Cepalino – juntamente com o pensamento de Furtado – estabelece os alicerces para a compreensão do nacional-desenvolvimentismo. No entanto, após o golpe militar de 1964, as teorias de superação do subdesenvolvimento a partir da necessidade da distribuição de renda atrelada ao investimento público declinam-se. Partes significativas destas ideias são descartadas, conferindo, na prática, outro tipo de nacional-desenvolvimentismo apresentado – anteriormente – como “desenvolvimentismo autoritário” (MANTEGA, 1984). Do ponto de vista da economia política latino-americana, é possível afirmar que a Cepal definiu os contornos gerais das políticas econômicas mais heterodoxas de certos governos, especialmente na América do Sul. Neste sentido, por mais que na década de 60, 70 e 80, o pensamento econômico do Brasil foi tomado – no campo heterodoxo – por trabalhos que discutiam especificamente o contexto brasileiro, a economia política latino-americana ainda dialogava bastante com a Escola de Campinas e, posteriormente, com os economistas da UFRJ. No campo marxista, a teoria da dependência considerava a situação do Brasil dentro do mesmo contexto dos demais países latino-americanos, uma vez que os arranjos que conservavam a dependência com os países centrais eram os mesmos. Dessa forma, houve uma consolidação de um pensamento econômico marxista latino-americano e não somente brasileiro. Por fim, concluímos que a Cepal influenciou em larga escala a economia política brasileira heterodoxa e, ao mesmo tempo, traduziu alguns estudos sobre a economia do Brasil, a realidade de países na região.

Referências Bibliográficas

[Bianchi](#), A.M., and [Salviano, C. Jr.](#) **Raul Prebisch and the beginnings of the Latin American School of Economics: a rhetorical perspective**, *Journal of Economic Methodology*, [Volume 6, Issue 3](#), 1999 pages 423-438

BIELSCHOWSKY, R (org). **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL: síntese e crítica. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

BOIANOVSKY, M. ; SOLÍS, R. **The Origins and Development of the Latin American Structuralist Approach to the Balance of Payments, 1944-1964**. *Review of Political Economy*, v. 26, p. 23-59, 2014.

BOIANOVSKY, M. ; **The Economic Commission for Latin America and the 1950s' Debate on Choice of Techniques**. *Review of Political Economy*, v. 25, p. 1-26, 2013.

BOITO JR., Armando. **O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.

CEPAL. **Estudo econômico da América Latina (1949)**. In: BIELSCHOWSKY, R. (org). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

TAFFET, J. **Foreign Aid as Foreign Policy: The Alliance for Progress in Latin America**

(2007)

KALECKI, M. [1935] O mecanismo de recuperação econômica. In: MIGLIOLI, J. (org e trad) **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1977.

KALECKI, M. [1943]. Aspectos políticos do pleno emprego. In: MIGLIOLI, J. (org). **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1977.

KEYNES, J. [1936]. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural.1996.

LACAU, E. **On Populist Reason**. London and New York: Verso. 2005

LACERDA, A, C de. et al. **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2002

MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira**. São Paulo: Poli/Vozes. 1984.

MANTEGA, G. **Teoria da Dependência revisada** – um balanço. Núcleo de Pesquisas e Publicações da FGV. Relatório de Pesquisa Nº 27/1997.

PREBISCH, R. (1949) O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. (org). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

SAMUELSON, P. **International Trade and the Equalisation of Factor Prices**. The Economic Journal, Vol. 58, No. 230 (Jun., 1948), pp. 163-184

SIMONSEN, R. GUDIN, E. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. - 3ª ed.: Ipea, 2010

SUNKEL, O (1958). A inflação chilena: um enfoque heterodoxo. In: BIELSCHOWSKY, R (org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

WEFFORT, F. 1989. **O populismo na política brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.